



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 25 de Abril de 2024 | Ano V, n.º 219 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Preocupação de Beatriz Buchili com Manuel Chang é reveladora de que a Justiça moçambicana serve interesses das elites que empobrecem o país e não interesses do povo

- A Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, mostrou ontem, quarta-feira, 24 de Abril, que ainda não engoliu o facto de a justiça sul-africana ter decidido extraditar o antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, para os Estados Unidos da América (EUA) e não para Moçambique.



Créditos: Bancada Parlamentar da FRELIMO



Falando a partir do pódio da Assembleia da República (AR), por ocasião da apresentação do Informe Anual, Beatriz Buchili disse que Manuel Chang estava a ser vítima da violação¹ dos mais elementares direitos humanos por estar preso há mais de cinco anos sem julgamento.

Ora, a excessiva preocupação da Procuradoria-Geral da República (PGR) em defender Manuel Chang, um indivíduo que endividou o país, empurrando-o para a lama, o que contribuiu para a degradação acentuada das condições de vida dos moçambicanos, começa a ser preocupante, sobretudo quando a mesma PGR está em silêncio sobre muitos casos de moçambicanos que são vítimas de injustiças, algumas praticadas por parte de entidades públicas. Basta ver o caso do naufrágio que matou uma centena de pessoas na Ilha de Moçambique, pro-

víncia de Nampula, por incompetência do Governo, nomeadamente na provisão de transporte seguro e na garantia de assistência e salvamento em caso de acidentes. A este caso junta-se a detenção ilegal e injusta de Dumissane Domingos Thomo e de outros moçambicanos e moçambicanas.

Na visão do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), a postura da PGR revela que há tratamento diferenciado entre os moçambicanos, o que, no caso em apreço, reforça a ideia de que a Justiça moçambicana serve os interesses das elites que empobrecem o país e não os interesses do povo.

“Esta situação continua a prejudicar o desenvolvimento do processo em Moçambique e atenta contra os mais elementares direitos do cidadão em privação de liberdade, plasmados nas constituições dos Estados envolvidos e nas convenções internacionais sobre os direitos humanos”, disse Beatriz Buchili.

¹ https://www.dw.com/pt-002/pgr-diz-que-maioria-dos-raptos-em-moçambique-é-planeada-no-estrangeiro/a-68909615?fbclid=IwZXh0bgN- hZW0BMOABHW- tQuZLxjTCboZ1qQxS0bPu4d0mw29woHYgt_64EwkqDZ3Ak5fckEsqEw_aem_AWePf_S45ReSckG9190ZPoGePXI- A9x32hByeXocXQ-VtSU8LC8I3Nb5L342DJRdvuDM&mibextid=WC7FNe

Manuel Chang está há mais de cinco anos privado de liberdade. Em 29 de Dezembro de 2018 foi detido em Joanesburgo, na África do Sul, a caminho de Dubai, na sequência de um mandado de prisão dos EUA por crimes financeiros relacionados às dívidas ocultas. Durante cinco anos, Chang ficou detido na África do Sul porque Moçambique entrou com o pedido de extradição para evitar a sua ida aos EUA.

Em Julho do ano passado, a Justiça sul-africana decidiu entregar o antigo governante à Justiça norte-americana, graças à intervenção da sociedade civil moçambicana, destacadamente o Fórum de Monitoria do Orçamento que lutou na Justiça para travar a vinda de “YellowMan” (como era tratado Manuel Chang nas dívidas ocultas) a Maputo, defendendo que em Moçambique não havia garantias de um julgamento justo e imparcial que satisfaça os interesses dos moçambicanos, as principais vítimas do calote.

Durante os cinco anos, o Governo gastou rios de dinheiro com advogados na África do Sul e continua a gastar nos EUA, com o fundamento de que a prisão do antigo ministro prejudica o andamento do processo autónomo que a Justiça moçambicana instaurou sobre o caso das dívidas ocultas, um processo que só foi instaurado depois de Chang ser detido na África do Sul, como, aliás, aconteceu com todo o processo das dívidas ocultas em Moçambique.

“Moçambique respeita a decisão do mais alto órgão judicial da África do Sul, não obstante estarmos convictos de que o nosso país é o único com jurisdição para exercer a acção penal, no caso em apreço”, declarou Beatriz Buchili no parlamento.

Manuel Chang começa a ser julgado em 29 de Julho em Nova Iorque, EUA, no caso das dívidas ocultas. O ex-ministro nega todas as acusações que

lhe são imputadas e aponta o actual Presidente da República, Filipe Nyusi, à data ministro da Defesa, como sendo quem o mandou assinar as garantias bancárias que viabilizaram as dívidas odiosas.

A insistência da PGR em defender Manuel Chang começa a preocupar, sobretudo quando a mesma PGR está em silêncio sobre muitos casos de moçambicanos que são vítimas de injustiças, algumas praticadas por entidades públicas. Em 7 de Abril corrente, cerca de 100² pessoas perderam a vida, vítimas de um naufrágio na Ilha de Moçambique, província de Maputo, por incompetência do Governo, nomeadamente na provisão de transporte seguro e na garantia de assistência e salvamento em caso de acidentes. A este caso junta-se a detenção³ ilegal e injusta de Dumissane Domingos Thomo. Thomo está detido desde 21 de Março na Namaacha, província de Maputo. É vítima de um coração generoso. Com meios próprios, Thomo, que é presidente da Associação dos Moçambicanos em eSwatini, ajudava a transladar corpos de moçambicanos daquele país vizinho para a Namaacha. Mas este é apenas um exemplo de casos de muitos moçambicanos e moçambicanas que sofrem injustiças perante o silêncio gritante da PGR.

Entretanto, a Digníssima Procuradora usa o pódio da AR para defender Manuel Chang, um indivíduo que endividou o país, empurrando-o para a lama, o que contribui para a degradação acentuada das condições de vida dos moçambicanos, o que nos impele a perguntar a quem a PGR defende. Se às elites ou ao povo moçambicano.

Para o CDD, a postura da PGR revela que há tratamento diferenciado entre os moçambicanos, o que, no caso em apreço, reforça a ideia de que a Justiça moçambicana serve os interesses das elites e não do povo.

² <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Governo-deve-indemnizar-as-vitimas-do-naufragio-da-Ilha-de-Mocambique.pdf>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Procuradora-de-Namaacha-nega-Justica-ao-presidente-da-Associacao-dos-Mocambicanos-em-eSwatini2.pdf>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

